

O CONCEITO DE CONTROLE SOCIAL NOS OLHARES ESTRUTURALISTA, FUNCIONALISTA, FENOMENOLÓGICO E INTERACIONISTA

THE CONCEPT OF SOCIAL CONTROL IN THE STRUCTURALIST, FUNCTIONALIST, PHENOMENOLOGICAL AND INTERACTIONIST PERSPECTIVES

Leandro HAERTER

*IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Pelotas – RS – Brasil.
96.015-560 – leandro@pelotas.ifsul.edu.br*

RESUMO: O artigo discute a problemática do controle social através de algumas correntes sociológicas de pensamento: estruturalismo, funcionalismo, fenomenologia e interacionismo, relacionando tal conceito à noção de “desvio social”. Aborda a “necessidade” desses mecanismos, respectivamente, a partir da falta de coesão social; na garantia desta harmonia social; na internalização de padrões sociais; e dos comportamentos e manipulações nas relações sociais. A categoria analítica controle social será examinada a partir da abordagem oferecida pela obra: “A História da Análise Sociológica” de Bottomore e Nisbet nas perspectivas estruturalista, funcionalista e fenomenológica, enquanto que o Interacionismo será tratado a partir da perspectiva teórica de Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Controle social. Estruturalismo. Funcionalismo. Fenomenologia. Interacionismo.

ABSTRACT: *The article discusses the problem of social control by some of current sociological thought: structuralism, functionalism, phenomenology and interactionism, relating this concept to the notion of “social deviance”. It deals the “need” of these mechanisms, respectively, from the absence of social cohesion; in the guarantee of social harmony, in the internalization of social patterns; and the behaviors and social manipulations in the social relations. The analytical category of social control will be examined from the approach offered by the*

O CONCEITO DE CONTROLE SOCIAL NOS OLHARES ESTRUTURALISTA, FUNCIONALISTA, FENOMENOLÓGICO E INTERACIONISTA

work “A History of Sociological Analysis” by Bottomore and Nisbet in the structuralist, functionalist and phenomenological prospects, while Interactionism will be treated from the theoretical perspective of Bourdieu.

KEYWORDS: *Social control. Structuralism. Functionalism. Phenomenology. Interactionism.*

1 Introdução

O presente trabalho realiza uma tentativa de situar a problemática do Controle Social dentro de algumas correntes sociológicas de pensamento. São elas: o Estruturalismo, o Funcionalismo, a Fenomenologia e o Interacionismo, perspectivas teóricas não homogêneas entre si.

Trata-se, mais especificamente, de levantar algumas considerações sobre a questão do Controle Social nessas correntes sociológicas mencionadas, relacionando-as, à medida do possível, com a noção de “desvio social”, noção esta, indissociável da noção de Controle.

Salienta-se que a categoria “controle social” será examinada a partir da abordagem oferecida na obra *A História da Análise Sociológica* de Bottomore e Nisbet (1980), referência nos programas de disciplinas de introdução às teorias sociológicas, para as perspectivas estruturalista, funcionalista e fenomenológica, ao passo que o Interacionismo será examinado a partir da contribuição teórica de Bourdieu (1990).

Justifica-se a escolha deste assunto a partir de uma inquietação no sentido de pesquisar mais sobre mecanismos sociais de Controle, ou seja, sobre instrumentos utilizados por determinadas categorias humanas a fim de controlar a divergência nos comportamentos, alcançando certa dose de homogeneidade em termos de condutas coletivas.

2 Controle Social

Definimos a questão do Controle Social dentro das perspectivas estruturalista, funcionalista, fenomenológica e interacionista de sociedade como objeto deste trabalho. Desta forma, acreditamos que caiba, inicialmente, realizar uma exposição do tema a ser abordado, procurando interpretá-lo.

O Controle Social, para fins deste trabalho, é percebido como uma série de mecanismos ou instrumentos utilizados pela sociedade, ou por um grupo social, com o objetivo implícito ou explícito de controlar os comportamentos (ou diferentes manifestações destes) e ações diferentes ao seu sistema. Assim, e justificando sua proximidade com o tema “desvio social”, o Controle ocupa-se, principalmente, em limitar os “desvios”, normalmente definidos e elaborados por uma série de modelos que se apresentam como consensuais, no comportamento e ações acreditados numa sociedade ou grupo.

Nos referimos a “desvio social” como uma categoria “não existente em si”, isto é, não empiricamente constatada e sim como um produto da relação indivíduo-cultura-sociedade que, ao determinar suas regras, acaba, também, criar seus “desvios”. Em nossa perspectiva, o “desvio” é resultado de uma atribuição de forças sociais àqueles que não se enquadram no padrão de normalidade, isto é, dentro de certas expectativas que construídas socialmente.

O assunto é enormemente tratado pela Sociologia Americana, especialmente pela Escola de Chicago, tanto o “desvio” como o (seu) controle. É de importância na medida em que seu empenho pode garantir a legitimidade de visões de mundo e construção de um tipo determinado de realidade.

É através da imposição de uma determinada concepção de realidade sobre um grupo ou sociedade específica que os mecanismos de controle se processam, sendo possível verificar a manutenção de certas elites no poder, por exemplo. Neste sentido, situaria, em um sentido geral, os diretores de escolas e instituições penais, ou ainda, certos aspectos da vida social que são compartilhados por todos.

É importante que se perceba que o Controle age no sentido de assegurar a ordem social e isso se dá normalmente por meios que são legítimos. Assim, o professor pode castigar o aluno se julgar necessário. Note-se que se o castigo for imputado na presença de outros colegas da classe, o efeito “castigo” enquanto ajustamento às normas será bem mais “eficaz” se o mesmo fosse proferido individualmente, pois todos poderão observar o que acontece com o aluno que “incomoda”. Logo, os alunos estarão cientes da fronteira entre o permitido e o proibido dentro da sala de aula.

Em hospitais psiquiátricos, por exemplo, o “tratamento” de pessoas incorpora ao controle um aparato que prima pela tentativa de manter os comportamentos divergentes dentro de um determinado parâmetro de “normalidade”, noção esta, absolutamente indefinível. Este “tratamento” parte

de uma idéia consensual (e por isso mesmo não deixa de ser legítimo) de um desequilíbrio entre o indivíduo e os valores que governam a sociedade.

Desta forma, o Controle surge no intuito de uma tentativa de garantir a previsibilidade de diferentes ações e manifestações no comportamento humano, pois todo aquele comportamento “diferenciado” dos demais, diferente dos tidos como “normais”, representa um estímulo à defesa da sociedade. Assim, os mecanismos de controle são acionados para tentar evitar os “imprevistos”, o “diferente”, o “desvio”, em um sentido mais amplo.

3 O Controle para o Estruturalismo

Este tópico procura situar a noção de Controle Social na perspectiva estruturalista.

Dentro da metodologia de investigação das Ciências Sociais, no que se refere à perspectiva estruturalista, cujo início encontra-se no pensamento ocidental, o fundamental era identificar certas estruturas, as quais encerrariam dados de observação sobre o social.

“Estrutura”, para a teoria estruturalista, consiste na inter-relação de determinadas organizações à sociedade mais abrangente, ao ambiente externo. É um todo formado por elementos que o inter-relacionam, um sistema aberto e relacionado com a sociedade mais ampla e com outras organizações.

Os Pensadores, entre eles Aristóteles, davam grande ênfase na proposta do organismo, o qual seria um modelo mais ou menos acabado de estrutura. Esta estrutura organística, nas palavras de Bottomore e Nisbet (1980), pode ser estática ou dinâmica. De qualquer forma, estrutura, nessa perspectiva, seria “[...] identificação de padrões ou formas iniciais, seja num dado momento ou num período de tempo.” (BOTTOMORE; NISBET, 1980, p.728).

Estrutura organística refere-se a uma concepção de sociedade como um todo, com seus mecanismos agindo e interagindo entre si, havendo necessariamente uma idéia de uma perfeita comunicação entre as partes que constituem esta máquina com o todo, isto é, a sociedade, propriamente.

Dentro de uma série de definições de estrutura, se considerarmos uma de caráter sociológico, temos: “a relação é mais importante que as partes” (BOTTOMORE; NISBET, 1980, p.729).

Assim, observa-se a importância da relação entre as partes, funcionando como um todo integrado, como uma verdadeira simbiose social, não sendo

concebido partes funcionando em separado ou distanciadas do todo social, mesmo que para fins analíticos. A sociedade seria o conjunto de elementos que a formam, é uma perspectiva no sentido de explicar uma parcela da realidade relacionando-a ao todo.

O Estruturalismo Francês recebeu grande influência da Política Positiva de Comte (BOTTOMORE; NISBET, 1980) cuja Sociologia, cuja abordagem do social encontra-se toda nas relações com os indivíduos. Durkheim (2000) lança preocupações conscientes e inconscientes acerca da Sociedade e da Cultura, por isso sua abordagem estrutural é menos determinista e mais voltada à interação social¹ se comparado à Comte. Nessa perspectiva, cada ciência, não diferente para as Sociais, possui características estáticas e dinâmicas, com formas de análise cultural, ou seja, com análise profunda de seus eventos (ocorrências, fenômenos,...) comparando-os com relações de semelhança. Isso se deve por acreditar que o “fato social”, imprescindível à análise durkheimniana, deve ser visto e analisado sem julgamentos de valor e pré-noções do pesquisador. Relações de semelhança buscam uma certa utilidade racional.

Estática e Dinâmica (evolução e progresso), têm sido colocadas em sentido oposto e separadas uma da outra. As duas deveriam estar combinadas, pois são dois modos diferentes de se observar o mesmo fenômeno: a sociedade estruturalmente em movimento. Pode-se assim apreender os “mecanismos de solidariedade”, suas semelhanças e relações sociais em todo o tipo de sociedade.

Trata-se de uma visão de evolução social. Estas semelhanças nas relações sociais pressupõem o surgimento de outras relações, de outras ordens sociais. Assim, em certa medida, é dinâmica, a medida que prevê evolução.

É essencial ao Estruturalismo a concordância entre Comte e Durkheim de que a investigação da sociedade só pode ser legítima se analisada em estruturas sociais não individuais. Concordam também na existência de uma dinâmica e uma estática estruturalistas.

Um dos exemplos que podem clarear a abordagem estrutural atribuída a Durkheim (2000), específica a questão do Controle, é a questão do incesto. O tabu do incesto não possui qualquer origem biológica, mas sim social. É um fenômeno social banido em toda e qualquer sociedade, exceto em algumas em que era interessante manter a sucessão no poder ou no trono, como por exemplo, no Egito. Pode-se crer que existiam laços totêmicos que impediam,

¹ O conceito de interação social abrange a influência recíproca das ações de indivíduos ou grupos em contextos de contato social e nos ajuda a compreender de que forma os indivíduos e instituições se relacionam, como acontece o processo de coação entre instituição e indivíduo e as estratégias que estes utilizam para superar esta situação.

inicialmente, a realização do incesto. Qualquer atitude sexual entre parentes próximos significaria, por extensão, uma agressão ao totem ao qual o grupo era identificado ou representado. Neste sentido, o tabu serviria como algo que constrangesse certas liberdades individuais, controlando os indivíduos e os mantendo dentro de certos padrões de “normalidade”, isto é, dentro de suas expectativas sociais representadas no Totem.

Dessa perspectiva decorre uma série de representações tendo o incesto como algo repulsivo, embora este signifique mais que isso, significa na verdade uma aversão à profanação do totem. Ou seja, representa uma atitude de repúdio ao grupo social que definiu o incesto como tabu dentro de suas regras sociais e, portanto, definidor de padrões de certo e errado em sua conduta. Percebe-se incesto como um importante evento social a ser evitado, isto é, controlado. Controlado à medida que contraria as relações de dever entre marido e mulher, entre irmão e irmã. É neste sentido, de impedir a “poluição” desses laços afetivos de dever dentro de relações de parentesco, que o tabu do incesto existe e se reafirma. Significa, em última instância, uma transgressão ao sagrado, ao definido socialmente e representado por um determinado totem. O não impedimento, na visão de Durkheim, acabaria por abolir as relações mais vitais do parentesco.

Para uma explicação, que se pretenda científica, para o Estruturalismo, precisa ter o seu objeto colocado em uma relação com um grande número de outros dados. No caso, o Controle Social, deve ser perpassado por várias variáveis, entre elas, variáveis econômicas, religiosas, valores, padrões de certo e errado,... Também, para o Estruturalismo é importante perceber se sua incidência é mais comum em certas variáveis do que em outras. Para o Controle Social, o que é importante e o que faz com que ele se mantenha adquirindo importância dentro da sociedade mais ampla (ou dentro de um grupo social) é justamente todo o seu conjunto, pessoas que o compõem, seus papéis, suas crenças.

Uma análise sociológica, para o Estruturalismo, preocupa-se em apreender o significado do Controle para determinado grupo social, não esquecendo-se de sua relação com outras dimensões da vida humana. Isto é, deve ser avaliado como uma estrutura a qual compreende funções, papéis, peculiaridades do grupo social estudado, suas crenças, religião, costumes,... na medida em que tudo isso (o todo) compõe tal estrutura.

4 O Controle para o Funcionalismo

Dentro da Sociologia Contemporânea, o Funcionalismo tem recebido uma série de críticas por membros importantes de outras correntes de pensamento. Tais críticas têm sido feitas por orientações sociológicas que se dizem críticas, justamente por uma questão de valor, ponto aliás, que sempre norteou as discussões sociológicas, em sua teoria e método, de modo que esta corrente sociológica de pensamento ficou frágil dentro da Sociologia Contemporânea, adquirindo caráter quase que de uma teoria imperfeita e antiquada.

O Funcionalismo ainda é, admite Wilbert Moore (1980, p.422), “[...] cultivado por um grupo cada vez menor de crentes que envelhecem e não se renovam.” A preocupação centra-se neste ponto: a perda da credibilidade dos funcionalistas em detrimento às teorias mais radicais de orientação neo-marxistas, orientações estas, preferidas entre os jovens sociólogos.

Uma análise do Funcionalismo nos mostra uma de suas idéias mais centrais. Os grupos humanos possuem uma série de unidades diferenciadas e interdependentes entre si, compostas por pessoas, famílias, estruturas de parentesco e categorias de ordem mais analíticas como idade e sexo. Isso permite, nessa perspectiva, que a sociedade seja um modelo, uma formulação analítica. Assim, considerando a diferenciação entre as partes e, sua interdependência, é possível perceber como se dá essa comunicação entre as partes e o todo.

Durkheim foi, sem dúvidas, o primeiro sociólogo a se dedicar profundamente a questões como integração² e diferenciação sociais. O fundamental, então, é entender que “[...] partes diferenciadas desempenham várias funções interdependentes na manutenção da visibilidade do organismo complexo como um todo.” (MOORE, 1980, p.425). A diferenciação para Durkheim era observada a partir do seu contraste com a sociedade mais ampla (homogênea, sem diferenciação e coesa) emergindo a questão da coesão social como fator fruto da idéia de homogeneidade em detrimento à diferenciação.

Durkheim percebe que a interdependência entre as partes em relação ao todo não é suficiente para garantir a coesão da sociedade, o que o conduziu a investigar a função de valores e crenças não questionados como, por exemplo, a religião. O argumento de que toda a sociedade evolui do “simples” para o

² Utilizamos aqui “integração” em seu sentido atribuído pela corrente teórica funcionalista e especificamente baseado em Durkheim (2000), ou seja, uma relação de pertencimento em que os indivíduos se sentem membros de determinado grupo social, partilhando crenças, normas e valores, considerando que funções sociais de diferentes instituições se complementam entre si dentro de uma perspectiva funcionalista.

“complexo” traduz um princípio funcionalista fundamental: as partes da sociedade ou da cultura devem ser ao resto do sistema, do todo social.

Muito provavelmente, o ponto mais interessante de Durkheim ao relacionar diferenciação e integração sociais à questão do controle social, seja justamente o encontro de uma situação de anomia (isto é, ausência de regras), situação que se distanciaria do que denominou ordem moral. Pode-se pensar a questão do Controle Social a partir inclusive desta perspectiva.

Para o Funcionalismo, as diferentes partes da sociedade funcionam em coesão com o todo, como se fosse um organismo, metaforicamente falando, em que as partes orgânicas eram de vitais importância para o organismo, interpretado como o todo, a sociedade, ou a cultura. Desta forma, podia-se, dentro de uma perspectiva funcionalista, investigar as diferentes partes da realidade social como fazendo parte de um sistema mais amplo e não separadamente como se estivesse dissociadas do todo.

Decorre do exposto que qualquer realidade investigada, qualquer padrão de comportamento ou regra de conduta deve ter uma função no todo. Então, a análise funcionalista desenvolve sua investigação, a partir de uma metáfora orgânica e que não havendo comunicação entre as partes, haveria uma situação de desintegração social. Por isso, um dos principais enfoques dessa perspectiva é a integração, o “sistema” visto de maneira integrada. É possível, a partir disso, refletir acerca da questão do Controle Social, considerando seu objetivo que é “limitar os desvios”, uma vez tomado a problemática da integração social como fundamental ao Funcionalismo.

Os mecanismos de Controle Social seriam acionados graças a uma situação de desequilíbrio entre objetivos e meios e o ambiente social tornasse favorável ao aparecimento desses indivíduos anômicos, justamente pelo afrouxamento de normas e valores que governam o sistema social. Assim, o controle seria dirigido àqueles membros divergentes que não internalizariam as regras de conduta de seu sistema, sociedade ou cultura.

5 O Controle para a Fenomenologia

A expressão sociológica “Fenomenologia” tem vários significados, inicialmente vinculados à Filosofia de Husserl e também a tentativa de Alfred Schütz (1975) em mostrar a relação que esta Fenomenologia de Husserl tinha com a Ciência Social. A abordagem interpretativista da fenomenologia de Schütz se apresenta como uma das variantes da Fenomenologia.

Dentro das Ciências Sociais, por exemplo, temos a fenomenologia sociológica, tida como uma espécie de sociologia da vida cotidiana (WAGNER, 1979), cuja formulação fora influenciada diretamente pelo pensamento de Weber e de Husserl. Schütz (1975), a partir da filosofia de Husserl, Schütz foi quem elaborou teoria e método para a investigação da realidade social.

Nessa perspectiva, Schütz busca compreender as maneiras pelas quais os membros comuns de determinada sociedade constroem e atribuem significados a sua vida cotidiana, introduzindo assim elementos capazes de sustentar as bases teóricas de autores etnometodológicos (GARFINKEL, 1967) e contribui significativamente ao processo de construção do conhecimento na medida em que acredita que as Ciências Sociais devem se direcionar para as ações do cotidiano, daquilo que é vivido e experienciado pelas pessoas.

Dessa forma, fundamental para a compreensão da perspectiva fenomenologia, em seu significado sociológico, é a questão da socialização, isto é, a maneira pela qual as normas sociais, valores, padrões de comportamento entre outros aspectos da consciência humana são internalizados e interpretados pelas pessoas no mundo em que vivem. Entendemos este “mundo” de acordo com informações que recebemos sobre ele em nosso processo de socialização, o que sugere uma possibilidade de questionamento de nossa própria Cultura e Sociedade. A Fenomenologia é crítica, não considera tudo apreendido como definitivo.

O “objetivo” de questionar, ou melhor, de suspender nossa cultura assim como uma série de noções prontas e acabadas que recebemos em nosso processo de socialização, é descobrir como determinados aspectos sociais nos aparecem na realidade, questionando a forma pela qual estes nos são repassados através de valores, preconceitos, normas, etc.

Acreditamos que a grande contribuição do pensamento fenomenológico à Sociologia está no fato de que é possível por em xeque idéias pré-determinadas e julgamentos de valor sobre o mundo e a realidade, o que contribui no sentido crítico de ciência. A chamada suspensão fenomenológica coloca em suspenso uma série de processos os quais constituem a consciência, pois procura ver como as pessoas apreendem aspectos específicos em sua consciência.

O Controle Social na perspectiva fenomenológica seria pensado sob o aspecto que tem sobre a consciência de indivíduos ou grupos sociais. Isto é, não se deve pensar o Controle Social “em si”, como se fosse algo abstraído da consciência, mas sim, procurá-lo, emicamente, apreendendo seus significados

conscientes para indivíduos ou grupos específicos. Para Schütz (1975), as relações face a face e a vida cotidiana são o tempo e o espaço privilegiados na etnometodologia. Assim, deve-se observar (interpretar/compreender) como diferentes indivíduos têm o elemento Controle agindo em sua consciência, e como estes organizam sua vida cotidiana, como acham este fenômeno “normal” e, até mesmo, relativizar no sentido de entender como para outros grupos, diferentes dos primeiros, podem considerá-lo “não normal” ou “desviante”.

Os fenômenos sociais, para a Fenomenologia, são buscados ao nível de seu significado e sua análise extrapola a simples apresentação e explanação desses fenômenos à consciência. Assim, a consciência que as pessoas têm sobre a noção de Controle Social não se forma de uma única vez, mas de um conteúdo determinado, não fechado em um momento e em um local determinado. Pode vir de diferentes formas, como também de diferentes experiências, mas não todas elas, apenas as que ficaram solidificadas em sua consciência.

6 O Controle para o Interacionismo

O interacionismo tem sua base centrada na Escola de Chicago e apresenta dois tipos fundamentais de concepção: o interacionismo de Mead e a sociologia da própria Escola de Chicago.

Mead, Thomas e Park desenvolveram suas formas de conceber a sociedade numa situação caracterizada pela imigração e urbanização desenfreadas, lançando uma sociologia preocupada com problemas sociais, “(des)integração” e “desvio”.

A preocupação central de Thomas e Park era a questão da coesão nacional considerada a heterogeneidade de diferentes grupos e em diferentes posições na estrutura social e de classes. Assim, questões como imigração e a possibilidade de organização reivindicatória de grupos étnicos eram alvo de suas análises, sempre primando pela necessidade dos indivíduos compartilharem da utilidade de uma nova instituição, capaz de congregar todos e “garantir” a coesão de diferenças.

As diferentes mudanças ocorridas, graças à rápida industrialização em relação à comunidade nacional era promovida pela luta “inevitável” de diferentes grupos a fim de sobreviver e se desenvolver. Com isso, há transformação nos valores dos indivíduos acompanhada de uma idéia de “degeneração” dos valores tradicionais (“ou nacionais”), o que pedia que uma nova instituição fosse criada. Esta é um ponto central nas análises de Thomas e Park.

O Controle Social, na perspectiva interacionista, estaria calcado na (re)criação de uma nova sociedade, cujo principal instrumento seria a

individualização, pois, para haver funcionamento ou mudança na sociedade era preciso haver a incorporação de novos valores/normas sociais, em que estaria incluído o Controle. Elas apresentariam-se como “soluções” para problemas surgidos com a industrialização e conseqüente urbanização da cidade de Chicago.

Importante a ser destacado aqui é que, segundo esta abordagem, devia-se buscar conhecer como as pessoas ou diferentes grupos sociais eram forçados pelas instituições na obtenção de conformismo às normas e como iam além destas limitações. Devia-se buscar uma forma de se explicar as transformações sociais que evitariam a imagem de uma ação individual e também a imagem de uma sociedade totalmente coagida. Trataria-se, então, de buscar-se o fator negociação entre as pessoas e a sociedade, pilar fundamental da perspectiva interacionista. A questão da imagem e do controle de informações sociais surgem neste sentido.

A temática central da escola interacionista é a compreensão das diferentes formas pelas quais as pessoas reagem a determinadas situações, deveria-se, grosso modo, procurar respostas considerando o indivíduo, sua inserção na sociedade e os diferentes contextos sociais nos quais tais relações se processam. Isso significa que não são somente as condições estruturais capazes de explicar a ação humana, embora sejam necessárias para a apreensão da realidade.

Talvez a principal contribuição das expressões “Interacionismo”, “Interacionismo simbólico”, “Escola de Chicago” para a Sociologia, seja o tema do comportamento dito “desviante” e suas relações com supostas noções de normalidade sociais. A própria existência de regras subentende-se a possibilidade de seu descumprimento e, por sua vez, um estímulo à defesa da sociedade, o que se dá através de mecanismos de controle.

O interacionismo “inova” em relação às perspectivas mais tradicionais no sentido de apreender o “desvio”, o “normal” e os mecanismos de controle numa perspectiva que não “separa” o indivíduo de sua cultura e sociedade, não ignorando processos sociais e históricos. Esta corrente de pensamento relativiza a simples noção de um indivíduo identificado por um estigma particular e condenado por uma relação quase que sempre violenta por parte da sociedade, contribuindo para a superação de uma visão menos fragmentada da realidade.

Para o interacionismo, a compreensão das diferentes manifestações do comportamento humano acontece não a partir daquele indivíduo “inadaptado”, termo próprio das teorias evolucionistas, mas sim como alguém que utiliza os mesmos recursos simbólicos de uma sociedade mais ampla, interpretando-os de forma diferente, às vezes contraditória. Então, no que se refere ao estudo do

comportamento “desviante” e seu controle, a problemática da “diferença” está justamente na leitura feita por pessoas ou grupos sociais que é também diferente da maioria ou do tido como consensual.

O indivíduo “desviante”, em quem recai os mecanismos de controle, é aquele que faz uma leitura divergente, ou seja, aquele que atribui diferentes significados a códigos sociais comuns. Assim, dentro de uma cultura ou sociedade, é inevitável a existência de comportamentos que se “enquadrem” mais facilmente às expectativas e outros que, ao contrário, sejam diferenciados socialmente a ponto de terem sua diferença exaltada e rotulada pelos demais membros, o que se configura em instrumento de Controle Social à medida que instiga conformação às normas sociais.

A manifestação do comportamento humano não é determinada por uma “sociedade”, nem por uma “instituição”, nem pelos seus “valores”, é sim influenciada por estes através de sentimentos, de preferências, de gostos pessoais, em última instância, pelos diferentes “eus”. Neste sentido, a ação social dos indivíduos, assim como as diferentes manifestações de seus comportamentos são consequência do modo pelo qual estes indivíduos interpretam a realidade e o contexto social no qual estão inseridos. O que os indivíduos fazem ou como se comportam é fruto de seu processo de interpretação de uma dada situação social.

Na perspectiva interacionista, a ação dos indivíduos é manifesta pela situação que se apresenta a esses atores sociais (BOURDIEU, 1990); a ação social dos atores é construída de acordo com sua interpretação da situação apresentada, isto é, depende do contexto social, conforme a situação modifica-se o comportamento. O interacionismo nos coloca que não há comportamento desviante “em si”, mas sim uma acusação disto. O que existe, na realidade, seria uma acusação de que determinados comportamentos ou ações humanas estariam extrapolando os “limites de normalidade” de um certo segmento social e não um “desvio”, no sentido *strictu* do termo. As acusações, assim como o acionamento de mecanismos de controle, são proferidas por aqueles que se julgam “normais”, por aqueles que detêm o poder, por aqueles que, consensualmente, são conformes aos padrões que seu grupo, sociedade ou cultura elegem como apropriados.

A acusação pressupõe o desejo de excluir e está calcada no princípio de “defesa” de padrões sociais. A acusação sugere a existência de marcantes relações de poder na sociedade. Na medida em que o cientista social mergulha na lógica dessas acusações remete-se a uma relação de “quem rotula quem”, ou seja, em relações de poder. O que a acusação de desvio, própria da abordagem

interacionista, tem a ver com a questão do controle? A acusação parece surgir como um instrumento político de “aviso” de que alguns valores e padrões estão sendo violados e torna-se pacífico a ação de mecanismos de controle capazes de limitar tais “desvios”.

O Controle Social encontra-se presente em todo e qualquer tipo de sociedade, das mais variadas formas. Apresenta-se, também em diferentes formas, isto é, manifesta-se através de diferentes mecanismos ou instrumentos, sendo variável segundo as conjunturas sociais, os tipos de sociedade e os diferentes grupos culturais nelas inseridos.

Desta forma, e nesta perspectiva, considera-se a questão da negociação de papéis à medida que a vida social é produto das relações que os indivíduos estabelecem cotidianamente, face a face. As relações entre os indivíduos têm comunicação no sentido de transmitir certos comportamentos e de como os outros, na intenção de causar determinada impressão, impõem e modificam seu comportamento. Isso nos remete a negociação de papéis sociais e valores, bem como a questão do controle de informação sobre si dentro de um determinado grupo social ou sociedade, com o objetivo de controlar sua imagem a fim obter êxito naquele contexto.

7 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo de abordar a questão do Controle Social dentro de algumas correntes sociológicas de pensamento, mais especificamente, o Estruturalismo, o Funcionalismo, a Fenomenologia e o Interacionismo.

A questão do Controle Social para o Estruturalismo está em um de seus próprios pressupostos, isto é, em havendo uma situação de não coesão social, há, por extensão, uma idéia de desequilíbrio entre as partes que constituem a sociedade. Assim, com esta noção de desequilíbrio entre as partes que compõem o todo, emerge a “necessidade” de mecanismos de controle capazes de controlar ou manter a perfeita comunicação entre as partes, entendido como sinônimo de coesão social.

A perspectiva Estruturalista de sociedade constitui um exemplo de macro análise dentro da Sociologia e pode ser pensada em várias variáveis, tais como: econômicas, religiosas, familiares, valores,... Cada uma delas faz parte de uma estrutura que considera funções, papéis e também peculiaridades do grupo ou sociedade situada nesta estrutura.

Para o Funcionalismo, o importante é que diferentes partes originam o todo e, em certa medida, asseguram de coesão à sociedade, isto é, cada parte deve ter uma função no todo. O Controle emerge no sentido de garantir que a sociedade funcione, se mantenha, ou seja, no sentido de fazer com que ocorra uma plena comunicação entre as partes as quais, funcionando em harmonia, seriam responsáveis pela manutenção da sociedade. Estas partes funcionariam em harmonia a fim de garantir a estabilidade da sociedade. É o mesmo princípio de coesão social existente na perspectiva Estruturalista, havendo inclusive alguns autores que trabalham dentro de uma abordagem estrutural-funcionalista pela própria semelhança em termos de seus pressupostos.

A perspectiva Fenomenológica, em sua ramificação sociológica, preocupa-se com a internalização de padrões sociais (normas, valores,...) na consciência humana. Sua noção de suspensão tem como objetivo o questionamento de nossos padrões sociais, colocando em dúvida a forma pela qual os fenômenos sociais se constituíram desta ou daquela maneira.

Para fins de uma análise fenomenológica do social, o que deve ser buscado é sua importância ao nível do significado dentro das consciências das pessoas. Neste sentido, a questão do Controle Social pode ser apreendida através de seus diferentes significados para grupos distintos, o que significa a possibilidade de poder relativizar e perceber que tais padrões de consciência não são universais, e sim dependentes de construções sociais e históricas determinadas. Trata-se, mais precisamente, de captar as percepções conscientes que as pessoas têm de determinado fenômeno.

A questão fundamental para uma abordagem que se pretenda Interacionista acerca da noção de Controle Social é o próprio questionamento do determinismo social em relação a aspectos específicos da realidade. Para esta perspectiva entra a possibilidade de “problemas sociais” serem definidos dentro de uma arena social e política, onde realidades e limites são constantemente negociados.

O Interacionismo dá especial importância ao fato de se perceber como as pessoas se conformam e/ou como ultrapassam suas próprias limitações. Desta forma, verifica-se um verdadeiro jogo de imagens e de controle de informações, ou seja, esta perspectiva admite que nas relações entre as pessoas existem manipulações de situações e estas com um objetivo bastante determinado, que é justamente o de alcançar êxito dentro de determinados contextos sociais. A questão de como se comportar em determinado contexto é fruto de interpretações da situação que se apresenta e o pesquisador deve estar atento

ao mergulhar nesta realidade onde o tipo de controle que impera encontra-se, inclusive, na informação e na imagem.

Por fim, este artigo não teve a pretensão de encontrar uma síntese teórica entre as teorias sociológicas tratadas em seu corpo, mas sim de possibilitar o reconhecimento de suas principais diferenças e de sua não homogeneidade, buscando estimular outros debates em torno desse diálogo que não se esgota nesta oportunidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.149-168.

BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DURKHEIM, E. **Suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GARFINKEL, W. B. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs; New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

MOORE, W. O funcionalismo. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.421-474.

SCHÜTZ, A. **Collected papers**: the problem of social reality. The Hague: Martinus Nijhoff, 1975.

WAGNER, H. R. (Org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

